

Prevista nova crise da dívida na Região

ESTADO DE SÃO PAULO

ALAN RIDING
Do N. Y. Times

Os principais países devedores da América Latina, preocupados com os perigos políticos da persistente crise econômica, estão começando a repudiar o prosseguimento da aplicação dos programas de austeridade exigidos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Na 40ª Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, esses países afirmaram que a política doméstica teria precedência em relação aos credores. O objetivo dos países devedores é obter concessões que estimulariam o desenvolvimento interno e a expansão.

Como resultado, os bancos e países credores, assim como o FMI, devem enfrentar um novo desafio na região, embora diferente e talvez menos espetacular do que a crise da dívida mexicana há três anos, a primeira ameaça à estabilidade de todo o sistema bancário internacional.

Na liderança da campanha por maior flexibilidade do Fundo e maior facilidade nos prazos concedidos pelos bancos comerciais estão os três principais devedores da região: o Brasil, que deve US\$ 104 bilhões; o México, US\$ 96 bilhões; e a Argentina, US\$ 45 bilhões; assim como o Peru, que deve apenas US\$ 14 bilhões mas está envolvido numa dura crise econômica".

Numa declaração fortemente aplaudida no País, o novo presidente civil do Brasil, José Sarney, afirmou perante a Assembléia Geral da ONU, que não aceitaria a recessão como preço para conclusão dos demorados e complicados acordos com o Fundo e os credores. Por sua vez, o presidente do Peru, Alan García, foi mais longe, ameaçando deixar o FMI, a não ser que ocorra uma mudança na política do órgão. Ambos justificaram suas posições em termos políticos.

E o ministro mexicano do Exterior, Bernardo Sepúlveda, declarou:

"O problema da dívida externa da América Latina e outras regiões em desenvolvimento não pode ser definitivamente resolvido através da reprogramação, que dá somente um alívio temporário ao país devedor e à comunidade internacional".

Com o bloqueio da trilha das negociações políticas, muitos banqueiros internacionais que trabalham com a América Latina estão aparentemente se resignando diante da inevitabilidade de uma nova crise da dívida. Esta deve surgir agora a partir da ação unilateral de algum governo que se sentir esmagado pelas pressões políticas internas. Na opinião dos especialistas, grande parte do problema depende do comportamento do Brasil e do México, da reação dos bancos e do FMI. Os dois países estão agora calculando suas dívidas em termos políticos.

Estratégia

A estratégia do Brasil parece ser, mais do que forçar o confronto, esperar um endosso do FMI para seu programa de expansão. "Se o Fundo recusar, o Brasil deve então tentar convidar seus credores para reestruturar cerca de US\$ 45,3 bilhões do enorme débito sem a benção do organismo. O Brasil está em dia com os juros e tem o respaldo de reservas no valor de US\$ 8,5 bilhões mais um grande superávit comercial. Já o México sofreu a tragédia dos terremotos antes do fim de um programa de reajuste de três anos. Por este motivo o Fundo deverá agora tornar-se mais flexível. Mas mesmo antes do desastre o México indicava que renegociaria um pacote recentemente assinado.

Um possível sinal de que os bancos temem um agravamento da questão da dívida é que, segundo o ministro venezuelano do Exterior, Simon Alberto Consalvi, instituições de primeira linha recentemente procuraram o Consenso de Cartagena com uma proposta de diálogo.